



Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Reposta à Pergunta Parlamentar 470/XIII/2.ª, de 30.09.2016

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, formulada pelos Senhores Deputados Filipe Lobo d'Ávila, Nuno Magalhães e Telmo Correia do Grupo Parlamentar do CDS-PP, esclarecer o seguinte:

O Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, está a trabalhar com Governo Regional da Madeira no reforço da resposta do Estado português à situação de carência que atinge neste momento a comunidade portuguesa residente na Venezuela, mais concretamente no apoio aos portugueses idosos e carenciados e às associações que são particularmente ativas no apoio que prestam àquela comunidade.

O Governo mobilizou as associações da nossa Diáspora naquele país para, num esforço conjunto, identificar as situações de carência social e económica mais graves, com destaque para as famílias e os cidadãos idosos, privados de um mínimo de meios.

São atualmente 796 os beneficiários do apoio concedido no âmbito do Regulamento do Apoio social a idosos carenciados (ASIC- CP) cujos processos transitaram de 2015. O valor total da despesa com o referido universo de beneficiários, relativo ao primeiro semestre do ano corrente, ascende a 107.562,42 €. Assim, a despesa total prevista para 2016, descontando novas candidaturas no âmbito do ASIC-CP, deverá atingir cerca de 215 mil €.

De referir ainda que o ASIC-CP é um apoio mensal, pago trimestralmente e que transita de ano desde que os beneficiários continuem a reunir as condições que levaram à sua atribuição. Os requisitos e o enquadramento do apoio estabelecidos para o ASIC-CP e Apoio social a Emigrantes das Comunidades Portuguesas (ASEC-CP) estão em linha e em igualdade de circunstâncias com os que se verificam para os cidadãos nacionais que se encontrem em situação de carência.

Por outro lado, foi atribuído apoio, na forma de um subsídio, ao Lar Padre Joaquim Ferreira de Caracas (área consular de Caracas). Foi igualmente concedido um subsídio à Associação «Mulher Migrante» na



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Venezuela (área consular de Caracas), tendo o mesmo sido contudo devolvido, devido ao cancelamento da atividade inicialmente planeada. Encontra-se em fase de instrução uma candidatura a apoio social do Estado português apresentada pelo Lar Geriátrico de Maracay (área consular de Valência), destinado a suportar parte dos custos resultantes dos cuidados médicos prestados aos idosos ali residentes.

O Governo tem plena consciência que só com o apoio das forças vivas da nossa comunidade, especialmente com o apoio das associações e dos membros do Conselho das Comunidades Portuguesas, poderemos alcançar aqueles nossos compatriotas que de mais apoio precisam.

Entretanto, iniciou funções, em junho último, na nossa Embaixada em Caracas, uma colaboradora com o estatuto de Conselheira Social, em regime de prestação de serviços, o que certamente contribuirá para agilizar os contactos necessários entre as associações, entre estas e a nossa rede e, especialmente, com as autoridades venezuelanas.

Além disso, no âmbito do diálogo político-institucional com a Venezuela, o Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, está em estreito contato com o Ministério das Relações Exteriores venezuelano, que assumiu o compromisso de, juntamente com os Ministérios do Interior e da Justiça, estabelecer um diálogo bilateral mais estreito com os nossos representantes diplomáticos e consulares na Venezuela.

Finalmente, realizou-se em Lisboa, nos dias 28 e 29 de julho último, a X reunião da Comissão de Acompanhamento Portugal-Venezuela, cujas sessões de abertura e encerramento foram copresididas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e pela MRE, Delcy Rodriguez. Na referida Comissão, participaram dezenas de empresas portuguesas e representantes de vários ministérios venezuelanos, tendo a mesma constituído mais uma oportunidade para o Governo fazer valer a preocupação com a defesa e preservação dos interesses do meio empresarial português na Venezuela, incluindo os da comunidade ali residente. Na sequência desta reunião, e à margem de um Seminário organizado pela AICEP, em Lisboa, a 28 e 29 de setembro último, o Governo teve novamente a oportunidade de promover os interesses económicos portugueses naquele país, aproveitando o encontro realizado entre o Secretário de Estado da Internacionalização e o Ministro do Poder Popular do Comércio Exterior e Investimento Internacional da Venezuela, Jesus Faria.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Rita Laranjinha

/RR